



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO
ESCOLAR: NA PERSPECTIVA DOS SEUS FAMILIARES**

ELIZETH FERREIRA DE SÁ SOARES

ORIENTADORA: PROF. DRA. SIMONE CERQUEIRA DA SILVA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

ELIZETH FERREIRA DE SÁ SOARES

**A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO
ESCOLAR: NA PERSPECTIVA DOS SEUS FAMILIARES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Professora Doutora Simone Cerqueira da Silva.

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIZETH FERREIRA DE SÁ SOARES

A INCLUSÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO CONTEXTO ESCOLAR: NA PERSPECTIVA DOS SEUS FAMILIARES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ___/___/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

SIMONE CERQUEIRA DA SILVA (Orientadora)

(Examinador)

ELIZETH FERREIRA DE SÁ SOARES (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

**Dedico esse trabalho para minha mãezinha
que durante a realização desse trabalho foi
reinar com o Pai.**

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

Aos meus pais por serem meu porto seguro.

Aos meus filhos por entenderem a ausência para a elaboração desse trabalho. Ao meu esposo pelo apoio.

A minha orientadora pela ajuda na elaboração desse trabalho.

Aos amigos pela amizade, carinho e companheirismo.

Aquele que leva a preciosa semente,
andando e chorando, voltará, sem dúvida,
com alegria, trazendo consigo os seus molhos.
Salmos 126:6

RESUMO

A temática que envolve este estudo visa abordar uma questão de grande relevância no âmbito educacional, a inclusão do aluno com Síndrome de Down no contexto escolar, na perspectiva da família. O interesse pelo tema surgiu a partir da minha experiência profissional com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, particularmente, os alunos com Síndrome de Down. Neste estudo foi utilizada a entrevista semiestruturada enquanto instrumento de construção dos dados. A entrevista consistiu em um roteiro fundamentado em 4 eixos norteadores: a) Descrever o que os familiares da criança com SÍNDROME DE DOWN pensam a respeito do seu processo de inclusão educacional; b) Identificar como os familiares compreendem o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com SÍNDROME DE DOWN ao longo do processo de inclusão escolar; c) Compreender a influência da inter-relação família e escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com SÍNDROME DE DOWN; d) Descrever a relação da criança com SÍNDROME DE DOWN e seus pares, na escola, na perspectiva de seus familiares. O presente estudo traz objetivos gerais e específicos, sendo que o objetivo geral consiste em investigar como tem sido o processo de inclusão escolar do aluno com Síndrome de Down, na perspectiva dos seus familiares. A metodologia utilizada foi a entrevista semiestruturada com a mãe e um irmão de um aluno com Síndrome de Down. Os resultados mostram que a família veem que a primeira inclusão acontece na família, a parceria entre escola e família contribui efetivamente com o processo de desenvolvimento do aluno. Com base nos resultados conclui-se que a inclusão escolar tem acontecido em muitas escolas e que a aprendizagem do aluno com Necessidades Especiais Educacionais depende da presença da família e da interação com os seus pares.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Inclusão Escolar. Aluno com Síndrome de Down.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	09
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Síndrome de Down: questões históricas, conceituais e principais características.....	17
2.2 Síndrome de Down no contexto familiar	18
2.3 Educação do aluno com Síndrome de Down: questões legais e desafios atuais.....	19
2.4 O processo de educação inclusiva do aluno com Síndrome de Down.....	26
3. OBJETIVOS	30
4. METODOLOGIA	31
4.1 Fundamentação teórica da metodologia	31
4.2 Contexto da Pesquisa.....	32
4.3 Participantes.....	33
4.4 Materiais	33
4.5 Instrumentos de construção dos dados	33
4.6 Procedimentos de construção dos dados	34
4.7 Procedimentos de análise dos dados.....	35
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES	46
Questionário para a mãe do aluno com SD.....	46
Roteiro de entrevista para a mãe do aluno com SD.....	48
Questionário para o irmão do aluno com SD.....	50
Roteiro de entrevista para o irmão do aluno com SD.....	52

ANEXOS	54
Carta de Apresentação – Escola.....	54
Carta de Aceite Institucional.....	55
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais.....	56
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Aluno	57

APRESENTAÇÃO

A temática que envolve este estudo visa abordar uma questão de grande relevância no âmbito educacional, a inclusão do aluno com Síndrome de Down (SD) no contexto escolar. O interesse pelo tema surgiu a partir da minha experiência profissional com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, particularmente, os alunos com Síndrome de Down.

Embora atualmente alguns aspectos da Síndrome de Down sejam mais conhecidos, e a pessoa tenha melhores chances de vida e desenvolvimento, uma das maiores barreiras para a inclusão social destes indivíduos continua sendo o preconceito. No entanto, embora o perfil da pessoa com Síndrome de Down fuja dos padrões estabelecidos pela cultura atual – que valoriza os padrões estéticos e a produtividade, cada vez mais a sociedade está se conscientizando de como é importante valorizar a diversidade humana e de como é fundamental oferecer equiparação de oportunidades para que as pessoas com deficiência exerçam o direito de conviver na sua comunidade.

Neste sentido, Pueschel (2013) postula que cada vez mais, as escolas do ensino regular e as indústrias preparadas para receber pessoas com Síndrome de Down têm relatado experiências muito bem sucedidas de inclusão benéfica para todos os envolvidos. A participação de crianças, adolescentes, jovens e adultos nas atividades escolares e de lazer é encarada cada vez mais com naturalidade e pode-se perceber que já existe a preocupação em garantir que os programas voltados à recreação e educação incluam a pessoa com deficiência.

Diante do supracitado entende-se que a deficiência não é algo localizado em um indivíduo, mas criado e legitimado nas relações sociais, em especial, nas relações estabelecidas em organizações familiares, escolares e de trabalho. Professores, funcionários, pais e alunos participam e são corresponsáveis pelo processo de inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais.

Segundo Mantoan (2003), a atuação dos professores em sala de aula é determinante tanto para o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, quanto para a qualidade das interações que serão estabelecidas com os colegas de turma. Nesse sentido, as percepções de professores sobre as variáveis inerentes ao processo de inclusão escolar de alunos com Síndrome de Down precisam ser investigadas para a compreensão da forma como esse processo é realizado nas escolas e para possibilitar modificações necessárias para o seu aperfeiçoamento. O conhecimento e a divulgação das necessidades, facilidades e dificuldades

encontradas pelos professores no trabalho com alunos com Síndrome de Down no sistema regular de ensino possibilitará a reestruturação das condições de trabalho e das características das organizações escolares, facilitando a implementação de uma educação inclusiva. Além disso, os professores terão oportunidade de rever suas ações em turmas compostas por alunos com e sem necessidades especiais a partir da reflexão e compreensão das repercussões sociais de seu trabalho.

O acesso à escola contribui consideravelmente para o processo de desenvolvimento humano, visto que é por meio dela que a Pessoa com Necessidade Educacional Especial é integrada socialmente a partir da apreensão das normas e regras que são definidas pelo grupo sociocultural. Assim, a proposta colocada através da Declaração de Salamanca de 1994, garante a inclusão na escola regular à pessoa com necessidades educacionais especiais – Síndrome de Down, de modo que esses indivíduos, apesar das diferenças físicas que são manifestadas, terão seu direito garantido (BRASIL,2001).

Estudar o contexto de inserção na escola regular ao aluno com Síndrome de Down é relevante, pois ele traz marcado no seu corpo o resultado de fatores biológicos que certamente é alvo de olhares diferenciados na sala de aula, e no momento de luta em relação a inclusão como medida favorável ao exercício da tolerância em relação a estas pessoas diferentes, o tema em questão passa a ser objeto de amplas repercussões no âmbito educacional.

Deve-se compreender que a temática proposta para o estudo oferece amplas oportunidades de desenvolver reflexões no sentido de entender o quadro diferenciado que os alunos com Síndrome de Down enfrentam na escola regular, onde obstáculos estão presentes desde os olhares discriminatórios de alunos, pais e demais atores que circundam no ambiente da escola, até a qualificação do professor que certamente influenciará no processo de aquisição do saber dos sujeitos com Síndrome de Down.

Pensar nas diversas maneiras de exclusão, especialmente quando se revela através das limitações que os sujeitos apresentam, levou-nos a investigar o processo de acesso à escola enfrentado pelo aluno com Síndrome de Down, visto que alguns fatores de ordem estrutural devem impedir um atendimento de qualidade oferecido a eles através da escola, tais como: a ausência de profissionais qualificados para atendê-los, o preconceito, a discriminação, o desconhecimento de pais e professores das anomalias apresentadas por esses indivíduos, revelam em grande parte as barreiras que se sucedem na construção de uma sociedade inclusiva. Apesar de a Lei constitucional garantir o acesso à escola aos alunos com necessidades educacionais especiais, o usufruto desses direitos ainda é marcado pela resistência que se instalou na escola e a ausência de recursos que favoreçam a obtenção de um

ensino de qualidade. Assim, a proposta da educação inclusiva demarca a possibilidade de elaboração dos direitos ao aluno com necessidades educacionais especiais de exercer plenamente sua cidadania.

Ao considerar a escola como instituição favorável à transformação social a partir da inclusão, oportunidades educativas surgiram, é necessário promover amplas discussões visando oferecer oportunidades de mudanças na escola, de modo que ela atenda de fato as necessidades de acesso ao mundo do saber pelos alunos com necessidades educacionais especiais quem tem a Síndrome de Down.

O mundo recortado pela presença de atitudes discriminatórias e preconceituosas aparece na sonegação dos direitos educacionais e nesse contexto favorável a inibição de atitudes excludentes a LDB 9394/96 garante a inclusão na escola regular, contudo é necessário olhar a realidade encontrada na escola pública brasileira em que os níveis de qualidade do ensino, são afetados pela ausência de conhecimentos acadêmicos pelos profissionais que atuam na escola, a falta de recursos materiais e humanos se revelam favoráveis a presença da evasão e repetência, sem levar em consideração que o aluno com necessidades educativas especiais não dispõe de uma estrutura satisfatória ao atendimento de suas necessidades, resultando uma obtenção de nível de ensino comprometido qualitativamente.

Diante da realidade na escola pública brasileira é relevante pesquisar o tema desta pesquisa, no sentido de favorecer ao educador um quadro compreensivo da problemática que envolve a inclusão escolar, pois, o aluno com Síndrome de Down apresenta comprometimentos que merecem ser acompanhados de perto por especialistas na escola. Sob esta ótica deseja-se buscar respostas para alguns questionamentos que surgem: Como é construído o processo de acesso do aluno com Síndrome Down na escola?

Assim, a presente pesquisa investigou o processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down na escola, descrevendo o processo de acesso do aluno com Síndrome de Down na escola sob a perspectiva da família, uma vez que as oportunidades educacionais oferecidas a ele têm sido constantemente negadas em virtude do descaso que se instalou socialmente. (BRASIL, 1997).

A partir desses objetivos buscou-se conhecer como a direção da escola, os professores e pais podem desempenhar um importante papel no sentido de combater as barreiras que o preconceito e discriminação escrevem em relação a presença do aluno com Síndrome de Down na escola regular. Assim, é pertinente identificar os fatores que interferem diretamente e indiretamente nesse processo de inclusão.

Considera-se que o estudo proposto a partir dos objetivos definidos podem ser favoráveis à construção de um novo olhar na questão da inclusão do aluno com Síndrome de Down na escola, resultando no rompimento das situações preconceituosas e discriminatórias que se revelam por décadas nas escolas em relação a presença das pessoas com necessidades educacionais especiais.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente, estamos vivendo em uma sociedade democrática que tem por definição a pluralidade, o convívio e a interlocução na diversidade. Ter o direito ao acesso nos espaços educacionais e processos de aprendizagem realizados pela escola está previsto na legislação, e as políticas educacionais devem estar compatíveis com esses pressupostos que orientam para o acesso pleno e condições de equidade no sistema de ensino.

A questão da Educação Especial foi discutido em 1990, por ocasião da Conferência Mundial da Educação para Todos ocorrida em Jopmtien, na Tailândia, o Brasil optou pelo sistema educacional inclusivo concordando com o documento denominado “Declaração Mundial de Educação para Todos”. Ainda reafirmou esse compromisso em Salamanca, na Espanha, em 1994, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade. Nesse evento participaram mais de 300 representantes de 92 governos e de 25 organizações internacionais com o objetivo de promover uma Educação para Todos onde o direito de inclusão seria garantido para todas as pessoas, reconhecendo as diferenças, promovendo uma aprendizagem capaz de atender-las independentemente de suas necessidades e especificidades. (SILVA, RAMPAZZO, PIASSA, 2009).

Alguns aspectos abordados nesse documento que recebeu adesão completa do Brasil (BRASIL,1994) são:

- Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a ela deva ser dada a oportunidade de obter e manter níveis aceitáveis de conhecimento:
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;
- Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades;
- Adotar como força de lei ou como política, o princípio da educação integrada que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário;
- As políticas educacionais deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da língua de sinais de seu país. Face as necessidades específicas de comunicação de surdo e de surdos-cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns;

- Todas as crianças, sempre que possível, podem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças. As crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz. [...] deverá ser dispensado apoio contínuo, desde a ajuda mínima nas classes comuns até a aplicação de programas suplementares de apoio pedagógico na escola, ampliando-os, quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoas de apoio externo;

- A escolarização de crianças em escolas especiais deveria ser uma exceção, só recomendável naqueles casos, pouco frequentes, nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança, ou quando necessário para o bem estar da criança.

Diante do referido documento produzido na Conferência de Salamanca verifica algumas iniciativas políticas pelo Brasil onde muda a cultura em torno da diferença, recomendando que as escolas se adaptem às necessidades dos alunos independentemente de quais sejam suas condições físicas, sociais e linguísticas, incluindo as crianças que vivem nas ruas, que levam vida nômade, as minorias étnicas, culturais e sociais, além das que desenvolvem à margem da sociedade.

A partir de então as escolas têm buscado consolidar uma nova cultura que considera as pessoas com deficiência, como sendo seres participativos, capazes de envolverem-se e comprometerem-se com as mudanças sociais. Assim, a educação está apoiada na ideia de qualidade, compensação e caracterização positiva do déficit; nesse contexto, a escola coloca-se a serviço de todos os cidadãos, e não apenas com as pessoas deficientes.

Escolas inclusivas partem do pressuposto de que todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária. A diversidade é um valor e acredita-se que fortaleça ainda mais a escola e ofereça a todos os seus membros maiores oportunidades de aprendizagem (SKLIAR, 1999). Portanto a escola é uma questão de direito a todas as pessoas e que a deficiência não pode ser um empecilho para a construção do conhecimento.

Quando o assunto é inclusão subentende-se que um aluno com deficiência ou dificuldade de aprendizagem tem o direito de frequentar a escola regular onde suas limitações serão respeitadas e suas dificuldades serão como o ponto de partida para que novos métodos de ensino sejam aplicados para haver uma aprendizagem significativa.

Diante das diversidades encontradas na sala de aula, cabe ao professor a incumbência de procurar adquirir novos conhecimentos referente à inclusão garantindo ao educando uma educação de qualidade.

Segundo a Resolução nº. 02 de 11/09/2001, inclusão é definida como: “a garantia do acesso continuado ao espaço comum de vida em sociedade, em uma sociedade orientada por relações de receptividade à diversidade humana e às diferenças individuais”, são direitos garantidos em todas as dimensões de vida: emocional, social e intelectual. Em seu artigo 5º, a Resolução afirma:

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I –dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III –altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (Resolução nº 2, de 11/09/2001 p. 70).

Quando se diz sobre as possibilidades de desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down faz-se necessário uma busca constante e contínua de informação para que possam amenizar os processos de exclusão que se instalam em diferentes contextos sociais.

Hoje compreendemos que: “A criança, cujo desenvolvimento é complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvido que seus pares normais. É uma criança, porém desenvolvida de outro modo.” (VIGOTSKI, 1995, p. 3)

As políticas públicas no âmbito educacional têm sido pensadas e implementadas para que a escola se torne inclusiva. Entretanto, se a escola deve ser inclusiva é porque não o tem sido, ainda que preceitos constitucionais nos apontem para uma visão de sociedade justa e igualitária, sem qualquer tipo de discriminação.

A Constituição da República (Mec, 2006, pag.5) adota como princípio a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, compreendido como efetivação do objetivo republicano de “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, prevê uma sociedade com escolas abertas a todos, em qualquer etapa ou modalidade, bem como o acesso a níveis mais elevados de ensino. A adoção de políticas públicas inclusivas vem fazer do direito de todos à educação promovendo a transformação dos sistemas educacionais e das práticas sociais, que envolvem as relações com as famílias e a comunidade. As políticas educacionais devem prever a eliminação das barreiras à educação dos alunos com deficiência, com síndromes, com altas habilidades/superdotação prevendo o atendimento às necessidades educacionais especiais,

promovendo a participação a partir de novas relações fundamentais para uma socialização humanizadora.

Portanto diante do referido documento sobre as políticas públicas fica explícito que a Síndrome de Down está inserida no grupo de Educação para alunos com Necessidades Educacionais Especiais. A promoção do desenvolvimento humano da pessoa com deficiência requer ações complexas, que envolvam os variados aspectos desse processo, entre eles: os biológicos, físicos, sociais, culturais e psicológicos. Nesse processo, as ações da saúde e da educação têm contribuições diretas e fundamentais, pois ambas têm o objetivo de assegurar melhores condições de vida, permanência e participação da pessoa em desenvolvimento no seu contexto social (CERQUEIRA-SILVA, 2010).

Considerando as diversas frentes de atuação promovidas pela área da saúde e da educação, merecem destaque aquelas voltadas às famílias de crianças com Síndrome de Down, uma vez que, nos últimos anos, têm sido as mais amplamente discutidas e apontadas como indispensáveis ao seu desenvolvimento, conforme veremos a seguir.

Assim, será descrito, na primeira seção, o conceito de Síndrome de Down, bem como a mudança de paradigmas na atenção às pessoas com Síndrome de Down, destacando as contribuições dos princípios da educação inclusiva. Em seguida, na segunda seção, ênfase será dada ao contexto familiar como base para o desenvolvimento humano e a promoção da saúde, destacando questões relativas à importância da família para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down. Na terceira seção irá tratar a educação do aluno com SD reforçando as questões legais e os desafios atuais. E por último a educação inclusiva do aluno com SD.

2.1 Síndrome de Down: questões históricas, conceituais e principais características

A Síndrome de Down é um acidente genético que ocorre em todas as raças e continentes, acontece numa proporção de 1 (um) caso para cada 600 (seiscentos) nascimentos. É a mais comum e mais conhecida síndrome cromossômica já existente, e foi o primeiro distúrbio cromossômico reconhecido no homem; descoberto em 1866, por “um Lorde Inglês chamado J. Langdon Down, que descreveu pela 1ª vez essa síndrome, que mais tarde recebeu o seu nome” (p.58). Ele reuniu as características que certas pessoas apresentam em comum, tais como: olhos oblíquos como os de orientais (daí o nome de mongolismo erroneamente dado à síndrome), língua projetada para fora da boca, etc. (Werneck, 1995).

Em 1959, a síndrome foi identificada pelo cientista francês Jerome Lejaine e seus colaboradores Turpin e Gautier descobriram a origem da Síndrome de Down, que está numa formação ou na divisão da célula ovo (MUSTACCHI; ROZONE, 2012). Segundo (Werneck, 1995) o corpo humano é formado por um conjunto de células que trazem no seu interior os cromossomos que são os responsáveis por todas as informações biológicas do ser humano. As crianças com Síndrome de Down apresentam uma anormalidade na divisão celular do cromossomo 21, ao contrário das demais pessoas que possuem em todas as células do corpo 46 cromossomos organizados em 23 pares. As crianças com Síndrome de Down possuem um cromossomo extra, ou seja, 47 cromossomos.

Existem três tipos de SD (Bautista, 1997);

* A trissomia simples (92% dos casos) quando a constituição genética destes indivíduos é caracterizada pela presença de um cromossomo 21 extra em todas as suas células;

* O mosaïcismo (2 a 4 % dos casos), onde células de 46 e de 47 cromossomos estão mescladas no mesmo indivíduo. A pessoa com SD por mosaïcismo terá 46 cromossomos em algumas células e 47 em outras;

*A translocação (3 a 4% dos casos), quando o material genético sobressalente pode estar associado à herança genética e é muito raro. Neste caso, todas as células possuem 46 cromossomos, no entanto, parte do material de um cromossomo 21 adere-se ou transloca-se para algum outro cromossomo.

De acordo com Werneck (1995) um dos sintomas da SD é a deficiência intelectual. Em razão do excesso de material genético, provocado pela anomalia cromossômica, várias reações químicas, essenciais ao bom desempenho dos sistemas do organismo, não fazem de forma apropriada.

Por se tratar de uma alteração na formação genética do bebê, a SD não tem cura, mas uma boa educação, estimulação e dedicação fará com que a pessoa com Síndrome de Down se desenvolva ao máximo seu potencial. A maior barreira enfrentada pela criança com SD não é sua deficiência intelectual mas, o preconceito existente em nossa sociedade impedindo a inclusão social e educacional de muitos deficientes.

2.2 A Síndrome de down no contexto familiar

A família é a base que sustenta e fortalece a vida do indivíduo, por isso, tem um papel importantíssimo na vida de uma criança.

Segundo BATTAGLIA (2002, p.7) pode-se dizer cada família tem seus padrões e conceitos preestabelecidos onde cada membro tem funções, direitos, deveres que atendam aos que dele participam. Assim a família tem um papel fundamental na educação de seus filhos; é nela que acontece o desenvolvimento das primeiras habilidades, os primeiros ensinamentos, os primeiros passos, as primeiras palavras; e através da educação doméstica que a criança aprende a respeitar os outros, a conviver com limites que foram criadas e reformuladas devem ser respeitadas para garantir a convivência da pessoas em sociedade.

O modelo mais antigo das família é constituído pelo pai, mãe e filhos. O planejamento familiar é de suma importância, para muitos casais, O nascimento de uma criança é um evento importantíssimo na vida familiar é sempre uma expectativa, um sonho projetado ainda no período da gestação. Sempre é esperado uma criança com saúde e dentro da normalidade determinada pelos padrões sociais.

Durante a gravidez, muitos pais chegam a verbalizar suas preocupações sobre a possibilidade de que algo errado possa acontecer, mas geralmente esse sentimento é fugaz e é repellido, principalmente quando não houve problemas durante a gestação e nenhum membro da família apresenta alguma deficiência. (PUESCHEL, 1995, p.23).

A chegada de um bebê com SD não é planejada e a frustração referentes à síndrome guiarão a acolhida dessa criança no seio da família. Na maioria das vezes, logo após o nascimento, quando os pais recebem a notícia entram em choque, ficam desesperados e desmotivados. Nesse momento crucial é imprescindível que a equipe médica tem preparo psicológico e científico para tirar todas as dúvidas dos pais diante desse conflito.

Qualquer casal pode ter um filho com SD, por isso ao se planejar um filho, existem exames que previnem o nascimento de pessoas com tal problema. Esses exames são: pré-nupcial (vai saber se cada um dos pais tem alguma alteração nas células que transmitirão ao futuro bebê); pré-natal (verifica se o bebê em gestação tem a Síndrome de Down) e aconselhamento genético (é feito depois que o casal teve um filho com Síndrome de Down e serve para evitar o risco de outros filhos virem a nascer com mesma síndrome genética) (MUSTACCHI; ROZONE, 2012).

De acordo com Voivodic, o choque inicial causado pela chegada de uma criança com deficiência é intenso e vivenciado de maneira particular por cada membro da família que

tem que se reestruturar. O caminho é difícil, mas necessário. Primeiramente há o impacto seguido de negação, culpa raiva, angústia e adaptação. Depois vem a preocupação generalizada dos pais sobre como será a vida do filho que tem SD. As dúvida sobre as perspectivas futuras, a expectativa de vida e o grau de independência. (apud, Amaral.2008, p.50).

Muitos pais buscam uma explicação ligada ao seu comportamento pessoal ou ao daqueles próximos a eles. Procuram algo que ocorreu que possivelmente ignoraram. Podem culpar-se a si mesmos ou a outros. Parece ser mais fácil culpar alguém ou algum evento pelos sentimentos dolorosos do que relacioná-los a abstrações estatísticas, diz Pueschel (1995 p.25).

Os pais devem pensar na autonomia do filho, afinal nem sempre a família estará por perto para auxiliá-lo, a superproteção não faz bem a ninguém nem aos deficientes.

Anos atrás, a maioria das mortes de crianças com SD eram causadas por problemas cardíacos e por infecções respiratórias. Hoje, a expectativa de vida aumentou consideravelmente devido aos progressos na área médica; as cirurgias e os tratamentos medicamentosos e profiláticos fazem parte da rotina da maioria dos hospitais especializados, garantindo um atendimento mais adequado com melhores condições de saúde, a pessoa com Síndrome de Down pode ter um melhor desenvolvimento, resultando em uma maior independência (MONTEIRO, s/d).

2.3 A educação do aluno com Síndrome de Down: questões legais e desafios atuais

A educação no Brasil sempre foi o centro de atenção e preocupação das necessidades da classe dominante da sociedade e durante o império, período caracterizado por uma sociedade rural e desescolarizada, foi possível manter o deficiente mental no anonimato, escondendo-os da sociedade que sentia-se incomodada de sua presença. Neste contexto a própria escola se encarregava de selecionar os “normais”, usando como critérios modelos que não tinham bases em razão patológicas, genéticas e neurológicas, mas fundamentadas no comportamento diferente em relação aquele esperado pelos ditos “normais”. A deficiência estava situada historicamente e trazia a marca das expectativas sociais, do modelo de homem, baseado principalmente em atributos valorizados pelas relações sociais, surgidas em determinado modo de produção (MONTEIRO, 2014).

Segundo Werebe (1994), a constituição de 1824, a primeira do Brasil, prometia “instrução primária e gratuita a todos como inerente do direito civil e político”. No entanto, a educação das crianças deficientes mentais encontrou pouca manifestação no país, porque a sociedade de então já se protegia do adulto deficiente, na mesma constituição, privando do

direito político o incapacitado físico ou moral. A educação do deficiente por não ser motivo de preocupação para a sociedade vigente, vamos encontrar historicamente apenas duas instituições para deficientes mentais. Uma junto ao hospital Juliano Moreira (1874), em Salvador, a outra, Escola México, no Rio de Janeiro, ambas sob a dependência administrativa do Estado prevalecendo o descaso com a educação popular.

Os médicos que anteriormente eram responsáveis pelos deficientes perceberam a importância da pedagogia, à medida que criavam instituições escolares ligadas à hospitais psiquiátricos já era a percepção da importância da educação, que tinha como desafio sistematizar conhecimentos que fizeram com que as crianças deficientes mentais participassem de alguma forma da vida em grupo social de então (MUSTACCHI; ROZONE, 2012).

Os professores tinham como critério para avaliar a anormalidade, o grau de inteligência, em relação aos alunos da mesma idade, bem como, a observação da atenção do aluno, da sua memória. Essas crianças deveriam ser educadas em classes separadas, não só porque aprendiam com e nem como os normais. A educação dessas crianças seria da responsabilidade de todos, que deveriam fazer o que estivesse ao seu alcance para tentar corrigir as possíveis imperfeições com que se deparassem (PUESCHEL, 2013).

A concepção de deficiência mental englobou diversas e variadas crianças com comportamentos divergentes das normas sociais estabelecidas pela sociedade e vinculadas nos padrões escolares. Dessa forma, a ação pedagógica, junto a essas crianças, reproduziu em parte as expectativas históricas, principalmente das camadas dirigentes (PUESCHEL, 2013).

Neste contexto, até bem pouco, a maioria dos educadores de crianças com Síndrome de Down (deficiência mental) continuavam a insistir em buscar soluções para a educação de tais crianças em métodos tradicionais e ultrapassados. Entretanto, devido a preocupação dos educadores da área de Educação Especial vem surgindo metodologias modernas para atender a esta clientela bem como a construção do conhecimento pelo próprio aluno (MUSTACCHI; ROZONE, 2012).

O processo educativo da criança com Síndrome de Down deve ser diferenciado, segundo a proposta apresentada por Wernewck (1995), “as decisões para a organização da sala, para as atividades a serem desenvolvidas nas salas são tomadas pelos alunos em conjunto, sob a orientação do professor” (p.161). Para melhor definir as áreas de trabalho que podem ser desenvolvidas simultaneamente numa sala, o espaço é organizado em cantos, cada qual com a sua especialidade.

Esses cantos ajudam os alunos a se organizarem frente as opções de trabalho disponível na sala, facilitando-lhes a escolha das atividades, pelas quais desenvolverão o dia letivo. Os cantos se constituem em fontes de classificação e ordenação do pequeno mundo que é a classe. Através dele, o aluno constrói relações que o ajudarão a organizar o mundo em que vive lá fora e dentro de si próprio (MUSTACCHI; ROZONE, 2012).

O desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down vai depender de suas condições psicomotoras. A maioria delas apresentam atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e, antigamente, não se acreditava na capacidade de aprender, pois os testes eram aplicados para avaliar o grau de inteligência e não as habilidades ou atividades que as crianças gostam de fazer. Com esse tipo de avaliação, os profissionais aconselhavam os pais a nada fazer ou interná-los em instituições (MUSTACCHI; ROZONE, 2012).

Só que, em 1961, se promulgou a 1ª Lei de Amparo ao Excepcional: Lei Federal 4.024 do Ministério da Educação (MEC), que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, começou-se a considerar a possibilidade de atendimento aos excepcionais quando possível no sistema geral de educação. Esta lei também propôs a doação de bolsas, empréstimos e subvenções a escolas particulares que oferecem ensino eficiente aos excepcionais (BRASIL, 2001).

Em 1971, a Lei Federal 5.692, no artigo 9º, permitiu que cada Conselho Estadual de Educação estabelecesse as suas próprias diretrizes para o atendimento aos excepcionais.

Para determinar as Diretrizes Básicas da Educação Especial em nível Nacional foi criado, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que ganhou força durante esses anos e, em 1987, foi transformado em Secretaria de Educação Especial (SESP), com sede em Brasília. Com todo respaldo que esta lei dá para garantir o ensino da Educação Especial, existem crianças e jovens que ficam impedidos de frequentar escolas apropriadas, sendo até então descaso social.

Segundo Bilachi (2000), “há cerca de dez anos surgiram os programas e entidades como a ADAES, onde as crianças com Síndrome de Down tem condições de aprender, embora mais lentamente. A maioria delas são capazes de aprender e cuidar de si, ou seja, podem ser independentes em alimentação, vestuário e hábitos de higiene. Algumas podem aprender a ler e escrever com métodos especiais de alfabetização” (p.10). A inclusão é uma das reivindicações da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que congrega 40 entidades no país.

O processo educativo direcionado por algumas instituições, segundo Werneck (1995), “para atender as crianças que não tem condições financeira para frequentar clínicas e escolas

especializadas contam com entidades filantrópicas como as APAES (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), ou permanecem no lar sem atendimento ou escolaridade” (p.167). Os atendimentos especializados têm por objetivo auxiliar a criança com deficiência a desenvolver as suas habilidades ou potencial, visando a auto dependência e o seu máximo funcionamento em seus sentidos.

Faz-se necessário enfatizar que, além dos métodos pedagógicos adequados a cada tipo de deficiência, é importante que os alunos participem de atividades de vida diária e prática, lazer, esportes e artes, que colaboram para o seu desenvolvimento global, visando a sua melhor condição de ajustamento social no lar e na comunidade (MANTOAN, 1997).

Antigamente, as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência mental, iam para instituições específicas para se tratar, sem nenhum contato com a sociedade dita “normal”. Mas, pesquisas foram feitas e descobriram que o atendimento era mais eficaz no lado médico e sanitário, não dando maior importância para o psicológico e o pedagógico, logo, não se obtinha bons resultados (MANTOAN, 2001).

O processo educativo do PNEE’S, segundo Mondini (2014), “em se tratando de educar deficientes mentais, hoje, é visto com muita negatividade, pois acha-se que são incapazes de atingir um bom nível de desenvolvimento” (p.18). Aí vêm perguntas: Quem de nós tem a exata noção do que um portador com Síndrome de Down é capaz de fazer? E de aprender? Como educá-los? Eles conseguem ler e escrever? O que já existe em termos de opção de escolaridade para essas crianças no Brasil?

Apesar de estar na Constituição brasileira que o deficiente intelectual possui atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, na prática isto não acontece e a espera pelo Congresso que vote para que qualquer escola do país aceite o portador de deficiência mental, sobre os critérios de elegibilidade para inseri-los nos programas que atendam às necessidades da criança qualitativamente, pois integrar o excepcional é praticar a democracia. A educação da criança com Síndrome de Down é limitada pois, fala-se em diminuição de inteligência ao nascer, enfatiza-se a condição na qual o cérebro (órgão essencial da aprendizagem) está impedido de atingir um desenvolvimento, dificultando a aprendizagem do indivíduo privando-o de ajustar-se socialmente (MANTOAN, 1997).

Há uma luta paralela a ser vencida para fins de educação formal. Esses indivíduos são consideráveis “treináveis” (e não educáveis) o que lhes limita as oportunidades de aprendizagem.

Na presença de que a priori este título de treinável seja superado (dado pela educação formal), surgiu numa época em que as crianças portadoras desta síndrome eram

institucionalizadas e não tinham oportunidades de receber estimulação capaz de favorecer seu desenvolvimento neuropsicomotor. Até então, nunca haviam sido submetidas a um trabalho escolar e acreditava-se que eram totalmente desprovidas de inteligência. No entanto, nossa experiência demonstra que, numa atmosfera de aprendizagem adequada adquirem desenvolvimento acadêmico jamais imaginado.

Mas a questão não é somente essa, pois chamar uma criança de “treinável” ou “educável” não indica ao professor, à família, ou a qualquer profissional o que fazer com ela. Porém, quando fala-se em dificuldades de aprendizagem, estamos falando em nos preocupar não só em identificar o que a criança não consegue realizar, mas também em fazer algo para ajudá-lo (MANTOAN, 1997).

A trajetória de crianças das classes subordinadas sob o prisma da educação especial parece claro: insucesso, desvio comportamental, encaminhamento para triagem psicológica e subsequente confirmação de “deficiência mental” através do aparato “científico e tecnológico” e envio às classes especiais. Lá o espera o mesmo ensino ou às vezes de pior qualidade em relação ao ensino regular, seguido de novo fracasso, desta vez já amenizado pelo estigma de “deficiência mental” e a exclusão em espaço de tempo variável, sem possibilidades de aspirar ao retorno à educação regular.

Fica aparente a função ideológica de legitimação da escola. Neste caso, Mondini (2000), ao analisar as turmas especiais, atribui resquícios de traços escolares antiquados, onde “objetiva explicitamente a reprodução das classes sociais” (p.24). É prévia que, a medida em que ocorre o ajuste de sistema as funções ideológicas de equalização, passaria a uma discriminação dissimulada, levando a extinção das “turmas especiais” na hipótese de marginalização cultural, que atribui as diferenças fundamentalmente às desvantagens ou diferenças culturais.

De pouco adiantarão leis, se no seu bojo não houver conscientização da comunidade para os benefícios de integração e firme vontade política de operacionalizá-la às deficiências.

Mantoan (2004) diz que a escola não está preparada para receber este ou aquele aluno que apresenta algum comprometimento acentuado de suas faculdades físicas, sensoriais e mentais. Via de regra, recomenda-se o encaminhamento para uma escola autorizada de que o aluno está em condições de acompanhar os demais. O mesmo acontece com os educandos que conseguirem ingressar na escola e não apresentam o aproveitamento compatível com a performance exigida ficam estagnados vários anos, sem esperança de aprovação, logo, o jeito é encaminhá-los para o diagnóstico médico ou psicológico na expectativa de confirmação de

suspeita de deficiência mental leve. As dificuldades específicas de aprendizagem são deslocadas para a escola especial.

Para Bilachi (2000) (...) “as classes especiais e as escolas especializadas, públicas ou particulares não tem evidenciado os resultados de sua atuação no sistema escolar. Por outro lado, o desconhecimento de seu papel tem acarretado, muitas vezes, sua disfunção transformando-as em depositários dos problemas de aprendizagem detectados nas escolas, contribuindo para solidificar mitos e slogans sobre suas desvantagens e prejuízos. Além disso, tem-lhes sido imputado a função ideológica, discriminação negativa e dissimulação das dificuldades impostas às crianças das classes populares confundida como panacéia para o fracasso escolar produzido a educação especial tem sua validade posta em dúvida, principalmente para os educandos deficientes mentais. Em tal contexto fica comprometida a realização do direito a educação escolar. Quando muito, permanece a possibilidade de educação como parte de programas de habilitação e reabilitação fora do sistema escolar. O encaminhamento para superar tal situação envolveria, de um lado a classificação do significado de seu papel e de outro, uma avaliação objetiva de seu desempenho”. (...) (p.36)

Nem todas as instituições de ensino cumprem seu papel primordial enquanto espaço de aprendizagem, sobretudo quando se trata de educandos portadores de deficiência mental ou outras síndromes. Segundo Werneck (2012) (...) “As pessoas com Síndrome de Down tem capacidade de aprender, dependendo da estimulação recebida e da maturação de cada um o desenvolvimento afetivo e emocional da criança também adquire papel importante” (...) (p.164).

As escolas destinadas exclusivamente à alunos ou deficientes visuais ou auditivos conseguem cumprir este papel tanto quanto a maioria das escolas regulares de ensino comum, ou seja, estão igualmente sujeitas as precariedades das condições e ao questionamento de qualidade de ensino, distinguindo-se, talvez, pela preponderância ao assistencialismo. Não se pode negar porém, o fato de tais instituições apresentarem demanda de abrigo tornando-se redutos de segregação e adestramento. As famílias sentem-se aliviadas quando encontram um lugar para seus filhos resignarem-se diante do “professor” de semi-alfabetização ou no mínimo de escolarização possível dentro de um tempo máximo. A peregrinação em busca de uma escola ou “abrigo temporário” e o convívio com não e senão “obscurecem a consciência crítica, inibida pelas investigadas de aceitação, emergência de sentimentos de “menos valia” e atitudes de gratidão (MANTOAN, 2004).

Outra característica dessas escolas é a prevalência do enfoque clínico sobre o pedagógico onde os profissionais estão aprisionados à condição orgânica dos indivíduos

excepcionais como definidora de limitações e incapacidades. Muitas vezes o aluno é submetido a um ritual de exames e intervenções terapêuticas que se não o retira da sala de aula contribui para restringir as atividades pedagógicas.

As escolas são redutos isolados com pouca ou nenhuma autonomia e poder de articulação. Essa situação engendra um modelo assistencial e educacional que tem efeitos significativos na vida de seus beneficiários. A descontinuidade dos segmentos de educação e saúde é marcada pelo fenômeno da medicalização entre ambas e como um dos elementos do fracasso escolar, criando-se uma relação perversa na qual os problemas escolares e serem tratados do ponto de vista patológico (MANTOAN, 1997).

Em se tratando de escola especial, essa situação de convivência cotidiana tende a cristalizar-se, institucionalizando-se a patologia da qual sua população discente é portadora. Isso resulta no distanciamento do compromisso da escola, esvaziando-se do sentido pedagógico e transformando-se num espaço eminentemente clínico.

A modificação deste contexto depende de certa disponibilidade de mudança de postura dos profissionais de educação especial no sentido de revisão de concepções e pressupostos equivocados. Isso implica em adesão a novos paradigmas que concebem o indivíduo com NEE como sujeito desejante, inscrito no estatuto do direito e da cidadania e para isso, é preciso desmobilizar a diferença enquanto desigualdade e inferioridade, compreendendo as deficiências como uma das contingências do ser humano que o torna vulnerável diante do outro e que esse outro se torna vulnerável diante da deficiência (MANTOAN, 1997).

Portanto, é imprescindível que conheçamos o conceito de educação inclusiva para que possamos fazer parte da construção de uma sociedade para todos que independa de cor, idade, gênero, necessidade especial ou qualquer outra atribuição humana.

2.4 O processo de educação inclusiva do aluno com Síndrome de Down

A inclusão envolve inúmeros aspectos. Não são poucas as restrições por parte dos pais, alunos e algumas vezes, professores das escolas regulares no que se refere a admissão dos educandos com necessidades especiais. Tais restrições originam-se segundo Mantoan (2004) sobretudo no profundo desconhecimento (por parte daqueles que não estão envolvidos com o problema), dos padrões de comportamento dos que possuem deficiências sobretudo os de natureza mental, conduzindo habitualmente, os temores desprovidos de qualquer fundamento comprovável. Há ainda o outro lado da questão. Trata-se das restrições apontadas

pelos próprios pais dos deficientes, que temem ver os filhos expostos a algum tipo de constrangimento, constrangerem-se, eles mesmos, diante da perspectiva de tê-los comparados a “normalidade consentida”.

Normalização em educação especial significa que as pessoas que apresentam necessidades especiais recebem as mesmas oportunidades que são oferecidas as pessoas normais, visando realizar suas potencialidades através de condições educacionais adequadas. O princípio de normalização segundo a definição de seu grande defensor, Bentgt Nirge, citado por Mrech (2012), consiste em “tornar disponíveis para as pessoas deficientes, condições e modelos de vida que sejam tão similares quanto às normas e modelos encontrados na sociedade em geral”. Do princípio de normalização outros surgiram sintetizados, principalmente, pela reivindicação de defendê-la para a integração consigo mesmo e com a sociedade onde vive. O objetivo final do princípio de Normalização é facilitar a integração de pessoas portadoras de necessidades especiais (MUSTACCHI; ROZONE, 1990).

Elementos simples como música, ritmos, movimentos, cores e texturas são ferramentas valiosas na recuperação da pessoa com Síndrome de Down. A arte estimula regiões do cérebro que outras técnicas não conseguem alcançar, pois, tendo um poderoso dom de elevar a outro autoestima do portador de deficiência e ainda favorece sua integração com a sociedade (PUPO FILHO, 2012).

Dessa forma cabe à escola o papel de acompanhar o desenvolvimento científico da educação inclusiva, tendo como principal ponto o educador que embora seja um elemento fundamental para a transformação social, é isento de conhecimentos básicos, teóricos e práticos, para que se possa objetivamente acabar com a exclusão na educação brasileira. Para atender de forma satisfatória os interesses da população, o aperfeiçoamento contínuo de educadores torna-se indispensável (MONTEIRO, s/d)

A inclusão dos alunos com NEE não é uma conquista fácil, mas faz-se possível e necessária, pois para que esta se torne realidade, o sistema educacional deve se reestruturar deixando transparente que não são os PNEE que devem se transformar para se integrar a ele. Ainda é comum que as escolas recusem sutilmente os alunos PNEE, passando aos pais a informação de que aquela instituição não está preparada para oferecer o atendimento adequado a seu filho. A criança acaba sendo encaminhada a uma organização assistencial o que reforça a segregação do aluno (MANTOAN, 2004).

As escolas públicas regulares estão capacitadas para receber esses alunos? Cabe às secretarias de educação estadual ou municipal, realizar um estudo de caso a caso de modo a identificar a possibilidade de remanejamento do PNEE para uma escola preparada para

atendê-los. Caso isso não seja possível, uma solicitação deve ser enviada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) que providenciará um curso de capacitação de professores. Com esse fim, o MEC destina uma verba suplementar as secretarias de educação que se encarrega de desenvolver um treinamento com professores, de cerca de 80 horas além de fornecer livros e vídeos sobre deficiência mental e auditiva (BRASIL, 2001).

O MEC recomenda ainda a realização de parcerias com faculdades e organizações não governamentais, que podem oferecer consultores e especialistas para orientar o professor na educação do aluno especial. Algumas nas sedes da Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), por exemplo, enviam seus profissionais para dar assistência aos professores de escolas regulares em processo de inclusão. (BRASIL, 2001)

A proposta de fusão da escola regular com a especial é polêmica, pois sofre restrições, mas favorece ricas discussões e pesquisas, contudo, para que não seja apenas um discurso descomprometido politicamente que apenas escamoteia uma vaga concepção de democracia de haver ações concretas fazendo-se necessária.

A mesma concepção histórica utilizada para discriminar mulheres, negros, índios, justifica também a exclusão do educando com Síndrome de Down, bem como de outras deficiências. Afinal, a educação burguesa responde-se pelo atendimento das necessidades e interesses de uma classe favorecida. A educação escolar que realmente deseja converter-se democrática garantindo a educação como direitos de todos, tem o dever de incorporar também o educando com necessidades especiais (BRASIL,2001).

Pueschel (2013) enfatiza que a disciplina que trata dos fundamentos da Educação Especial seja indispensável na formação de educadores e que a estes devem ser propiciado acesso a formação continuada nesta área, mas defende-se a necessidade de conscientização de que toda classe escolar é necessariamente heterogênea e traz consigo a multiplicidade, diferenças incorporadas por razões históricas, culturais, sociais, físicas ou mentais como o caso da Síndrome de Down.

Acredita-se que o desejo maior seja encontrar suporte científico, filosófico, recursos humanos e lucidez para definir a ação educacional diante de classes tão distintas (PUESCHEL, 2013).

A educação de alunos com NEE tem o mesmo objetivo da educação de qualquer cidadão. Porém, para alcançar tais objetivos algumas modificações são requeridas na organização e no funcionamento da escola. Mantoan (2004) diz que o educador deve ser comprometido com a filosofia da inclusão, estimulando os educandos a direcionarem sua aprendizagem de modo a aumentar sua autoconfiança, a participar plenamente da sociedade a

usar mais o seu poder pessoal e a desafiar a sociedade para mudança. É preciso convicção na capacidade que toda criança tem de aprender, defendendo a ideia de que a escola deve transformar-se para atender a diversidade e não fundamentar-se na lógica da homogeneidade (MANTOAN, 2004).

O processo de inclusão não é algo fácil e sim, gerador de conflitos, angústias; entretanto, trata-se de justiça social o que o sistema não pode ignorar.

O educador por si só não garante a inclusão do aluno com NEE. Incluir não se trata apenas em permitir que este, esteja entre paredes comuns, transite pelos mesmos corredores, pátio, refeitório e demais dependências frequentadas pelos outros alunos (estes ditos “normais”). Para tanto, são exigidas condições favoráveis como: definição de gestão democrática da escola, contemplando os interesses coletivos pelo atendimento aos educandos com necessidades especiais, formação e apoio de professores; planejamento de currículos; priorização dos conteúdos, incluindo adaptações necessárias; revisão de critérios de agrupamento de alunos; de avaliação de promoção e garantia de recursos materiais e instrucionais necessários (BRASIL, 2001)

Segundo Cartolano (1998) “(...) diante da aceleração das mudanças, das novas descobertas das ciências e das tecnologias modernas, é preciso que estejamos sempre de espírito aberto à pesquisa, à busca incessante de novas respostas que nos ajudam a repensar o velho e a enfrentar o novo” (...) (p. 29-30).

Para a conquista da educação escolar que não exclua qualquer educando, faz-se necessário o entendimento de que a integração ou a inclusão não se efetivarão com a mera extinção das escolas especiais. Para alguns educandos com as necessidades educacionais especiais, estas são as reais escolas inclusivas, enquanto para outros, tornam-se dispensáveis ou espaços segregados. É fundamental a compreensão de que a integração pressupõe ampliação da participação em situações comuns para os grupos que se encontravam excluídos, seja em escolas especiais ou os que nunca tiveram acesso, segregados nos próprios residenciais e comunidades. E para todos deve-se buscar a educação escolar baseada no princípio da inclusão. O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com necessidades especiais, é a qualidade do ensino nas escolas públicas e privadas de modo que se tornem aptos para responder às necessidades dos seus alunos, respeitando suas peculiaridades, não apenas alguns deles como, por exemplo, o Portador de Necessidades Educacionais Especiais. (MANTOAN, 1997)

Somente quando esgotadas as possibilidades de ensino comum, deve-se dispor de novas alternativas pedagógicas, compatíveis com este grande desafio. Para isto, é preciso uma

nova escola que tenha coragem para criar e questionar o que está estabelecido em buscar rumos inovadores necessários à inclusão. No entanto, é mais cômodo tanto para a escola conseqüentemente para a sociedade receber alunos em vez de buscar soluções que permitam sua inserção na sociedade escolar e fora dela. Acredita-se que escolas especiais não devem ser consideradas um mal a ser evitado pois para significativa parcela da população portadora de deficiência tem significado o único espaço escolar. É essencial lembrar a caminhada histórica destas instituições, consideram seus méritos a fim de que não sejam simplesmente destacadas, afinal, foram às escolas especiais que ocuparam a lacuna deixada pelo poder público, referente ao atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais e ainda fazem em relação as crianças que se tornaram adultos ou idosos com tais necessidades (PUPO FILHO, 2012)

3.OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral – investigar como tem sido o processo de inclusão escolar do aluno com Síndrome de Down, na perspectiva dos seus familiares.

3.2 Objetivos específicos –

1. Descrever o que os familiares da criança com Síndrome de Down pensam a respeito do seu processo de inclusão educacional.
2. Identificar como os familiares compreendem o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com Síndrome de Down ao longo do processo de inclusão escolar.
3. Compreender a influência da inter-relação família e escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com Síndrome de Down
4. Descrever a relação da criança com Síndrome de Down e seus pares, na escola, na perspectiva de seus familiares.

4. METODOLOGIA

4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

A pesquisa é um árduo processo que requer muito estudo, dedicação e uma questão investigadora, para isso o pesquisador terá que coletar dados e informações, os quais, depois de analisados, permitirão o entendimento do problema. Dependendo da natureza desses dados e dessas informações e dos objetivos que se pretende alcançar, o pesquisador deverá escolher o tipo de abordagem que irá utilizar no desenvolvimento do seu estudo (CRUZ, 2011).

Neste estudo de caso será utilizada a Pesquisa Qualitativa, uma vez que a construção dos dados será realizada por meio da aplicação de uma entrevista semiestruturada. Considerando o histórico e a evolução da pesquisa educacional, e as tendências atuais, a pesquisa com abordagem qualitativa prevalece como a mais indicada. (CRUZ, 2011).

Segundo com MACIEL (2014), o processo de produção do conhecimento considera a dinamicidade do tempo-histórico e da realidade da qual fazemos parte e que, por isso, não há como entendê-lo de maneira linear e a partir de certezas absolutas.

A opção por utilizar a pesquisa qualitativa se justifica pelo fato de que ela traz em si possibilidades de coletas de dados que supre a necessidade do pesquisador, interlocução entre os sujeitos e descrição dos fatos articulado com a fundamentação teórica construída. Durante a pesquisa, foi utilizado questionário e entrevista semiestruturada porque ambos, de acordo com DUARTE (2004), são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados.

O referencial teórico foi selecionado de acordo com os objetivos da pesquisa e recebido durante os estudos, o desenvolvimento e a aprendizagem a partir da perspectiva histórico-cultural que é o arcabouço de todo trabalho, os autores do referencial dialogam de certa forma com os fundamentos desta perspectiva, uma vez que ela trata da constituição do psiquismo a partir das interações sociais, do caráter mediador de tal constituição e a utilização do método genético de investigação (BARROS, 2009).

4.2- Contexto da Pesquisa

É uma escola da rede estadual de ensino da cidade de Ipatinga - Minas Gerais. A escola é murada, o ambiente é limpo e organizado, conta com 10 salas de aula, biblioteca, sala de informática, cantina, pátio, secretaria, diretoria, almoxarifado, sala pedagógica. É uma escola que funciona em horário integral (07:00 às 17:05) tendo um total de 350 alunos. O pequeno alunado da escola visitada é formado por menos de 350 alunos, tem na sua maioria

adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. São alunos de Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Sua estrutura física precisa de ser reformada as paredes estão com as pinturas antigas, o pátio da escola possui apenas um bebedouro de difícil acesso aos deficientes físicos, não há corrimão na rampa de acesso ao terceiro bloco de salas. A quadra está localizada num terreno abaixo da escola, o acesso é através de escadas com grande número de degraus. Os alunos com dificuldade de locomoção ou cadeirante tem acesso à quadra passando pela rua atrás da escola, a falta de recursos financeiros do governo são os motivos pelos quais a escola ainda não foi reformada.

Dentro da escola pode-se observar que toda a equipe escolar tem uma atenção diferenciada aos alunos com NEE. A diretora e pedagoga dão liberdades aos alunos para cantarem e realizarem orações no início do turno. Os professores são graduadas e a maioria são especialistas em Psicopedagogia e Educação Especial, há dois professores de Apoio que auxiliam crianças com laudo médico, todos demonstram interesse com a vida familiar e social dos alunos; fazem doações de cestas básicas, roupas e calçados para os alunos mais carentes.

Os moradores são a maioria de classe socioeconômica baixa, muitas crianças vão à escola sem material escolar, pois inúmeras famílias vivem com bolsas do governo federal. Percebe-se que os pais mandam os filhos para a escola com o principal objetivo de continuar recebendo os benefícios do governo federal. Os pais são operários ou trabalhadores informais, a maioria das mães desses alunos trabalham como empregada doméstica ou no departamento de limpezas de empresas terceirizadas; em alguns casos com carga horária noturna. É explícito a ausência da família na vida escolar dos filhos, alguns são analfabetos e nem sequer conseguem auxiliar seus filhos nas atividades extra classe.

Diante da situação descrita a escassez de conhecimento e de trabalho fazem com que muitos jovens ociosos fumem drogas na proximidade da escola por ser um lugar de fácil acesso entre usuários e traficantes.

4.3 - Participantes

Neste estudo os participantes são: a mãe e o irmão de um aluno com Síndrome de Down. A criança é chamada aqui de “André”, tem 11 anos de idade e está no 4º ano do ensino fundamental. Sua família é constituída pela mãe (40 anos) e seu irmão (16 anos). A mãe é viúva, perdeu o esposo num acidente quando estava grávida do filho que tem SD. A mãe do aluno com SD é servidora da Secretaria de Educação do Estado de MG trabalha em três escolas realizando compras de suprimentos da merenda escolar e produtos de limpeza. Ao ser convidada para participar da pesquisa sua primeira preocupação é se divulgaria sua

identidade, após esclarecida suas dúvidas nos autorizou a convidar seu filho mais velho para participar da pesquisa.

A família mora num bairro com o nível socioeconômico melhor que a escola onde “André” estuda. A mãe disse que a escolha da escola foi pelo fato de ser uma das três escolas que ela faz acompanhamento administrativo e também pela forma da equipe diretiva e pedagógica acompanhar e dar suporte às crianças com Necessidades Educativas Especiais.

A mãe é formada em Administração, viúva e trabalha na área a mais de 5 anos, a renda da família varia entre R\$2.000,00 a R\$5.000,00. O irmão estuda na mesma escola que o irmão com Síndrome de Down e está cursando o 2º ano do Ensino Médio.

A família é formada pela mãe, um filho de 16 anos e um de 11 anos que tem a SD. Inicialmente pode-se observar que é uma família que vive em harmonia pois mãe e filhos interagem com demonstração de carinho e respeito. O filho mais velho é muito paciente com o irmão com SD respondendo com atenção as perguntas feitas por ele. Os dois dormem no mesmo quarto e vão à escola juntos.

4.4 - Materiais

Os materiais abaixo foram utilizados para a realização desse trabalho:

- 01 notebook;
- 01 impressora;
- 01 computador;
- folhas de papel A4;
- aparelho celular;
- caneta.

4.5- Instrumentos de Construção de Dados

Neste estudo foi utilizada a entrevista semiestruturada enquanto instrumento de construção dos dados. A entrevista foi fundamentada em 4 eixos norteadores:

1. Descrever o que os familiares da criança com SÍNDROME DE DOWN pensam a respeito do seu processo de inclusão educacional.
2. Identificar como os familiares compreendem o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com SÍNDROME DE DOWN ao longo do processo de inclusão escolar.
3. Compreender a influência da inter-relação família e escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com SÍNDROME DE DOWN

4. Descrever a relação da criança com SÍNDROME DE DOWN e seus pares, na escola, na perspectiva de seus familiares.

Já o questionário foi utilizado enquanto uma ferramenta interativa a fim de provocar a expressão dos sujeitos envolvidos de modo mais objetivo e preciso, além de possibilitar a caracterização da família da criança com SÍNDROME DE DOWN, em seus aspectos demográficos, sociais e educacionais e rotinas da família.

4.6- Procedimentos de Construção de Dados

Os dados deste estudo foram construídos pela própria pesquisadora, em um período de 3 (três) semanas, no mês de outubro de 2015, e consistiu de 3 fases. Na primeira, o objetivo foi apresentar a proposta de pesquisa para a direção escolar a fim de obter a autorização para a sua realização, bem como obter o Projeto Pedagógico da Escola para a sua melhor caracterização nesta pesquisa. Na segunda, o objetivo foi apresentar a proposta da pesquisa para a família, selecionada pela direção escolar, considerando a sua disponibilidade para participar do estudo, bem como apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado em duas vias pela mãe da criança. Neste momento foi acordado em qual dia/horário seria aplicado o questionário e realizada a entrevista com cada um deles. Na terceira, e última fase, foi aplicado o questionário e realizada a entrevista sem-estruturada com cada um deles, separados, com o objetivo de identificar como os familiares da criança com SD avaliam o processo de inclusão educacional.

4.7- Procedimentos de Análise de Dados

Os dados dos entrevistados foram analisados com base na análise de conteúdo proposta por Dessen e Cerqueira-Silva (2009). Este procedimento foi realizado em 2 diferentes etapas, a primeira etapa realizada para a Análise de Conteúdo de cada uma das entrevistas consistiu nos seguintes passos descritos abaixo:

1. Seleção e exploração do material (pré-análise).

Após a transcrição das entrevistas foi iniciada a pré-análise de cada uma das entrevistas, iniciando pela mãe a fim de identificar a qualidade das verbalizações.

2. Codificação (exploração do material).

Nesta etapa o pesquisador identificou e marcou os temas no texto, na própria transcrição digital.

3. Agrupamento dos temas (categorização).

Após a leitura dos temas observados na entrevista, foram identificados aqueles que possuem semelhança ou que estão relacionados entre si, envolvendo o maior número possível de temas. Esse processo de categorização pressupõe a elaboração de várias versões do sistema; as primeiras são aproximativas, sendo lapidadas e enriquecidas para tornarem-se mais completas e satisfatórias (PUGLISI; FRANCO, 2005).

4. Definição e validação das categorias empíricas.

Para garantir que as categorias criadas fossem válidas e objetivas, foi realizada uma análise de juiz, de uma amostra dos dados construídos. Essa análise envolveu outro pesquisador, com experiência em Análise de Conteúdo, e envolveu os três passos acima descritos para a mesma entrevista. Ambas as análises foram comparadas para verificar se existia concordância entre elas; caso contrário, ocorria uma nova discussão até que se chegasse a um consenso quanto às categorias identificadas e seus respectivos temas.

A tabela 1 apresenta o modelo de organização dos dados para análise de cada uma das entrevistas.

Tabela 1. Modelo da tabela utilizada para organização dos dados para análise de cada uma das entrevistas

Categoria	Tema	Subtema	Verbalização
1.			
2.			
3.			
4.			

Após a finalização da primeira etapa da análise de conteúdo para todas as entrevistas, iniciou-se o processo de análise das entrevistas em conjunto. Esta análise consistiu em: (a) formação das categorias síntese; (b) classificação dos temas; e (c) definição das categorias.

a. Formação das categorias síntese

Em um primeiro momento, foram lidas as categorizações de todas as entrevistas. Em seguida, foram eleitas as categorias mais representativas daquele grupo, estando presentes na maioria das entrevistas realizadas. Essas são chamadas de *categorias síntese*.

b. Classificação dos temas

Concluído o sistema inicial, composto pelas categorias síntese, foi realizada a classificação dos temas de todas as entrevistas. Nessa classificação, foram incluídos os temas

que representam cada uma das categorias, presentes nas entrevistas já analisadas e suas respectivas verbalizações. Para isso, uma mesma tabela, contendo as verbalizações, os temas, subtemas e as categorias, foi desenvolvida. Contudo, neste momento, a tabela foi formada pelas categorias síntese, contendo, verbalizações de todas as entrevistas, conforme modelo apresentado na tabela 2.

Tabela 2. Tabela utilizada para a organização dos dados na formação das categorias síntese

Categoria	Tema	Subtema	Verbalização	Entrevista
1.				
2.				
3.				
4.				

c. Definição das categorias

Esta etapa consistiu em definir cada uma das categorias formadas (inferência). Tanto a definição quanto o nome da categoria foram baseados na própria fala dos entrevistados. Isso significa que ambos foram retirados do conteúdo verbalizado, sendo que a definição contempla um conjunto de relatos que expressam e explicam o que está contido na categoria síntese.

Analisando as informações contidas no questionário foram observadas e formadas as caracterizações dos mesmos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e suas respectivas discussões, com base na literatura, são apresentados em quatro seções, integrando os diferentes instrumentos de construção de dados utilizados (questionário e entrevista semiestruturada) e considerando as diferentes categorias investigadas por meio das entrevistas. Na primeira seção, foi analisado e descrito o que os familiares da criança com SD pensam do processo de inclusão educacional. Na segunda seção, é apresentada a descrição de como os familiares compreendem o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com SD ao longo do processo de inclusão escolar. A terceira seção enfoca a influência da inter-relação família e escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com SD. Por último, a quarta seção é dedicada à descrição e análise da relação da criança com SD e seus pares, na escola, na perspectiva de seus familiares.

A mãe do aluno com SD é servidora da Secretaria de Educação do Estado de MG trabalha em três escolas realizando compras de suprimentos da merenda escolar e produtos de limpeza. Ao ser convidada para participar da pesquisa sua primeira preocupação é se divulgaria sua identidade, após esclarecida suas dúvidas e nos autorizou a convidar seu filho mais velho para participar da pesquisa.

A- Análise das entrevistas

1- O que os familiares da criança com Síndrome de Down pensam a respeito de seu processo de inclusão educacional

Foi identificado pelas verbalizações que o processo de inclusão acontece inicialmente no seio familiar, depois de ser aceito na família os outros locais é mais fácil. *“É preciso aceitar que se tem um filho deficiente”* (n=1). Para o irmão não é fácil o processo de inclusão como mostra na verbalização *“lembro que foi difícil aceitar que meu irmão tinha Síndrome de Down, mas a escola nos ajudou e recebeu meu irmão com muito carinho”* (n=1). A mãe acha que a inclusão do aluno com deficiência tem muitas possibilidades: *“o acesso pode ser tanto nas escola regulares quanto nas escolas especiais”* (n=1). Ela percebe que o aluno que não é atípico só pode frequentar a escola regular enquanto seu filho tem o direito de frequentar as duas escolas. Seu irmão disse que o fato de seu irmão frequentar uma escola regular significa que ele tem o direito de conviver com todas as pessoas *“as pessoas precisam mudar sua mentalidade o deficiente não precisa viver isolado e nem pode”* (n=2).

No que se refere ao processo de inclusão educacional vivido por “André” os dois responderam que a escolha da escola foi muito acertada pela mãe. *“no período da primeira*

infância ele não frequentava escola ia a fonoaudiólogo e fisioterapeutas, com 5 anos foi para uma escola particular e depois para essa escola onde está até hoje” (n=2). A família percebe que ele é aceito e se sente à vontade na escola.

Quanto aos aspectos desfavoráveis ou perdas no processo de inclusão escolar foi mencionado que o ritmo e o tempo de cada criança deve ser respeitado, *“já houve situação de conteúdo que meu filho não conseguiu assimilar, mas ele precisa de um tempo maior para aprender certos conceitos, é preciso repetir muitas e muitas vezes”*. A criança com SD aprende num período de tempo diferente *“é preciso entender que existem ritmos e tempos diferentes para aprender”* há muitas formas de ensinar *“há também diferentes maneiras de ensinar buscando atender as diferenças”*.

Foi percebido que a família têm consciência de que ter uma criança com Síndrome de Down não significa que ela precise ter uma vida diferente das outras crianças. Suas limitações, suas aparências físicas, seu tempo de aprendizagem que é maior que o das outras crianças demonstram que ele é singular e seu direito de inclusão deve ser assegurado em todos os ambientes e principalmente na escola que é um ambiente educacional onde se presa o respeito às diferenças independentemente quais sejam: cor, raça, religião ou deficiência.

FERREIRA (2008, p. 91) diz que a educação só é verdadeira possível quando temos a oportunidade de refletir sobre o que somos, o que pensamos como agimos como sujeitos de uma cultura, historicamente produzida em movimentos e tomadas de decisão que rompam com as raízes do preconceito.

2- Como os familiares compreendem o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com Síndrome de Down ao longo do processo de inclusão escolar

Quanto ao desenvolvimento e aprendizagem da crianças com Síndrome de Down ao longo do processo de inclusão escolar os familiares foram positivos nas respostas dizendo que ele tem um bom desenvolvimento: *“ele tem um bom desenvolvimento perante suas condições físicas e intelectuais”*. Ele tem adquirido novas habilidades através dos projetos desenvolvidos pela escola: *“a escola desenvolvem projetos que visem a socialização dos indivíduos com necessidades especiais educacionais especiais”*.

Segundo SCHWARTZMAN (1999, p. 233) “[...] a educação é uma atividade difícil, pois exige adaptações de ordem curricular que requer cuidado e acompanhamento dos educadores e pais”. E o ensino das crianças deficientes deve ocorrer de forma sistemática e organizada, seguindo passos previamente estabelecidos, o ensino não deve ser teórico e metódico e sim deve ocorrer de forma agradável e que desperte interesse na criança. Portanto

despertar o interesse do aluno com SD de forma lúdica irá fazer com que ele tenha disposição para realizar as atividades que serão propostas a ele.

Quanto aos prejuízos e ganhos no processo de inclusão foi constatado que ele tem ganhado em todos os sentidos: “*os programas educacionais atuais preocupam-se desde cedo com a independência, a escolarização e o futuro profissional do indivíduo com SD*”. A perda está relacionada a ausência que a criança precisa para tratar com outros profissionais da saúde e psicopedagogo.

De acordo com SABOYA (1995, p. 146) o atraso na linguagem oral é um dos maiores problemas das crianças com SD. A hipotonia muscular (espécie de flacidez), provoca um desequilíbrio de forças entre os músculos faciais e orais, mudando a arcada dentária, parecendo projetar o maxilar e contribuindo para que a língua fique projetada para fora assumindo uma posição inadequada. Assim, o acompanhamento do fonoaudiólogo contribui para o desenvolvimento oral da criança com SD e esse tratamento é fundamental para que a criança desenvolva com qualidade de vida.

Foi constatado que a aprendizagem significativa acontece com a interação. Na perspectiva vygostsyana, o conhecimento é construído a partir da interação do sujeito com o meio, e esse meio é fruto do processo de construção e interação na evolução da humanidade, inevitavelmente incluso dentro de um contexto sócio histórico (LOVO; RODRIGUES. 2000, p.97). Nesse contexto fica explícito que para que o processo de aprendizagem do aluno com NEE seja significativo faz-se necessário a interação, acompanhamento adequado e qualificado de uma equipe pedagógica que esteja compreendendo a inclusão em todos os seus aspectos legais, sociais e morais.

3- O impacto da inter-relação família e escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com Síndrome de Down

Quanto ao impacto da inter-relação família e escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com SD pode-se perceber que a mãe considera a família e a escola como indissociáveis, conforme mostra a seguinte verbalização: “*a família e a escola é um binômio indissociável*”. A família precisa ser presente na vida escolar da criança, acompanhar seu sucesso e suas dificuldades também, pois segundo a mãe: “*participar da vida escolar dos filhos não tem preço, ainda mais quando se tem um filho com SD*”.

A mãe relatou que os dois irmãos estudam na mesma escola, pois.... “*Isso facilita a nossa relação com a escola, pois estou na escola todos os dias*”. Foi explicado que não é falta de confiança na escola mas uma questão de estar participando diariamente da vida escolar do

irmão e do filho, segundo a mãe: *“já que o irmão estuda aqui não custa nada saber como ele está se desenvolvendo”*.

A família deve fazer parte do processo de desenvolvimento de aprendizagem do filho, segundo o ECA (1990, artigo 53, parágrafo único) é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. Portanto essa inter-relação entre a família e a escola precisa ser recíproca onde ambas as partes se unem com o objetivo de promover o desenvolvimento pleno do educando.

4- A relação da criança com Síndrome de Down e seus pares na escola, na perspectiva de seus familiares

Quando perguntados aos familiares sobre a atitude do aluno na presença dos colegas de escola a família vê que o filho se interage e brinca com os colegas normalmente *“quando ele chega seus colegas vão encontrar com ele”* e sempre demonstram carinho como se ele fosse o menor da sala.

Quando perguntados sobre as experiências de inclusão junto aos seus colegas de escola foi relatado que *“alguns alunos que chegaram na escola esse ano o observavam de longe”* *“isso é normal”* disse a mãe. *“Ele tem a diferença física e nós aprendemos a lidar com esses olhares”* (n=2). Diante disso percebe-se que

Com relação a participação do aluno quando está com os colegas foi verbalizado que *“quando está com os colegas ele é extremamente participativo”* (n=2). O irmão relatou que presenciou seu irmão várias vezes em atividades de grupo *“ele sempre está nas atividades de grupo”* (n=1). *“Não pode-se esconder que ele gosta muito de ficar passeando pelo pátio”* mas, a equipe pedagógica junto a professora procuram mantê-lo sempre ocupado.

Segundo WERNECK (1997), o Down é um excelente imitador, sendo assim absorvem melhor e rapidamente os bons hábitos. A criança com SD tem o direito de participar das mesmas condições de vida que as outras pessoas, de conviver com elas e ser aceito mesmo com suas limitações.

Quando questionados sobre a interação dos colegas com ele a família enfatizaram que seus colegas estão sempre o auxiliando *“acho que todos aprendem, mesmo sendo atividades mais simples seus colegas o auxiliam e demonstram carinho por ele”* (n=2).

O preconceito parte dos adultos, as crianças são amigas *“as crianças agem naturalmente com ele”* as vezes os colegas o ignoram perto dos pais em reuniões *“já presenciei seus colegas o tratando diferente perto dos pais”*. Ainda existe uma sociedade

engessada que valoriza os padrões éticos da beleza e esquecem que cada ser humano são únicos e com suas especificidades que precisam e devem ser respeitadas e valorizadas.

Quanto a relação do aluno com os colegas fica claro que *“os colegas estão interagindo com ele o tempo todo”* alguns o auxiliam carregando seus materiais didáticos *“às vezes sai de casa indisposto e não quer levar a mochila, seus colegas sempre o ajudam e lhe dão um carinho especial”*.

Quanto as atividades realizadas em conjunto foi destacado pelas verbalizações que *“ele participa de atividades em grupo na sala, jogos e nas aulas de Educação física”*.

TOLEDO (2009) afirma em seu estudo que as mudanças necessárias para o acolhimento das crianças com NEE requerem professores com uma nova visão sobre essa população, um acolhimento que se pautem em princípios éticos, igualitários e solidários. Sendo assim, a inclusão requer trabalhos em grupos para que os alunos possam interagir com seus colegas.

B- Análise dos questionários

Analisando o questionário aplicado aos entrevistados pode-se concluir que a mãe tem entre 36 a 45 anos, viúva, Ela tem dois filhos, o mais velho com 16 anos e o mais novo com 11 anos tem a Síndrome de Down. Reside num bairro próximo à escola morando em casa própria com os dois filhos; formada em Administração ela trabalha nessa função há 5 anos. Segundo a mãe, um dos dilemas enfrentados por ela é de ter de cuidar dos filhos sozinha e de o fato do filho mais novo precisar de um acompanhamento diferente e de o fato dele necessitar de um tempo maior para realizar atividades do dia a dia, por isso, procura estar presente e acompanhar a vida escolar dos dois.

Segundo a mãe desde quando o filho nasceu ela busca informações sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com Síndrome de Down com o objetivo de lidar com todas as dificuldades do filho sem ser surpreendida e também para ajudá-la a auxiliar o filho.

A mãe também relatou que os dois lidam bem, o filho com SD provoca mais o irmão mais velho e ela media os conflitos de forma justa não dando razão ao filho com Síndrome mas, a quem está sendo prejudicado. Fica claro que a deficiência do filho não impede a mãe de estabelecer limites e regras como são dadas ao filho mais velho.

Desde que iniciou o processo da fala a criança faz acompanhamento com fonoaudiólogo regularmente e ele tem contribuído com a aquisição da linguagem oral do filho.

Foi relatado que o filho mais velho tem sido um verdadeiro amigo e companheiro do irmão com SD. As vezes auxilia o irmão nas tarefas escolares.

Quanto ao questionário respondido pelo irmão observou-se que ele é do sexo masculino com idade entre 16 a 25 anos, solteiro e não tem filhos, mora em casa própria com a mãe e o irmão mais novo que tem SD. O entrevistado está cursando o 2ºAno do Ensino Médio. Quanto ao relacionamento familiar foi relatado que uma das maiores dificuldade em ter um irmão com Síndrome é ao fato de precisar de uma atenção maior e também conviver com certas atitudes preconceituosas que ele presencia com relação ao irmão. Diz que procura auxiliar sua mãe nas tarefas domésticas e reage diante das situações de preconceito protegendo o irmão.

Quanto ao questionamento sobre o nível de conhecimento que ele tem sobre a SD e como tem contribuído seu conhecimento no processo de desenvolvimento e aprendizagem do irmão ele diz que não pesquisa sobre a SD mas, observa as atitudes da mãe e tenta aplicá-las, principalmente quando ela não está em casa. Foi confirmado através das respostas do irmão que já houve muitos conflitos por causa do ciúme que tinha do irmão e pelo fato da mãe estar sempre com o outro em intermináveis consultas. Hoje ele tem consciência de que seu irmão necessita de uma atenção diferenciada e que são grandes amigos.

Pode-se perceber que ter uma criança com Síndrome de Down é uma experiência com aprendizado diário e que todos da família podem e devem contribuir para que a criança com SD possa ter qualidade de vida e desenvolver socialmente, fisicamente, psicologicamente e cognitivamente. Foi percebido também que o acompanhamento de outros profissionais contribuem para que a criança tenha uma qualidade de vida.

De acordo com Werneck (1995), se os pais lidam com o filho que tem SD com naturalidade, todos também farão o mesmo. Não é correto trata-lo como se fosse fraco ou indefeso, fazendo exigências ou restrições especiais aos outros irmãos em relação a ele. Portanto, a família precisa ser a primeira a romper as barreiras do preconceito, para que os outros segmentos da sociedade por sua vez possam aceitá-lo e se adequar às suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar como tem sido o processo de inclusão escolar do aluno com Síndrome de Down, na perspectiva dos seus familiares. O processo de inclusão não é fácil e a família precisa ter a consciência de que é no seio familiar que acontece a primeira inclusão de um deficiente, nesse caso da criança com SD; a inclusão é a aceitação do ser humano com todas as suas especificidades.

Com esse estudo pode-se perceber que tanto a família quanto a escola são agentes de socialização e também de inclusão. Foi observado pela entrevista e o questionário realizado que a inclusão tem acontecido em muitas escolas, e que o conhecimento dos direitos do deficiente, o acompanhamento da família, a inter – relação família e escola, o nível de instrução dos familiares fazem a diferença no processo de inclusão escolar e no desenvolvimento da criança.

Um aluno com Síndrome de Down precisa receber as mesmas orientações que as outras crianças ditas “normais”. A diferença é que a família é a principal agente, é nela que a criança recebe os primeiros estímulos, cuidados, é responsabilidade da família fornecer aos seus filhos o que precisam para uma vida em sociedade. Segundo Werneck (1995) as crianças que tem SD tem capacidade de aprender, dependendo da estimulação recebida e da maturação de cada um. Portanto a criança com Síndrome de Down ou outra deficiência tem a mesma necessidade básica, isso inclui não somente o aspecto de sobrevivência, mas também as de estima.

Percebeu-se também que quanto maior o grau de formação e informação da família maior é conhecimento dos direitos dos alunos com NEE e a necessidade de que esses sejam realmente legais na prática. O aluno com NEE tem o mesmo valor como pessoa e certa capacidade de auto realização que lhe possibilita atingir o limite máximo de sua potencialidade.

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas escolas regulares é uma realidade, os pais destas crianças têm procurado as escolas regulares para que seus filhos a frequentem, pois a LDB tem um compromisso de oferecer o máximo de apoio para que o estudante com NEE tenha as mesmas metas educacionais que os alunos ditos normais para que juntos aprendam em classes comuns.

Acreditamos que respondemos boa parte das inquietações, quando nos referimos a inclusão do aluno com Síndrome de Down na escola regular, a escola tem desempenhado um

papel transformador de vidas e de atitudes no que diz respeito à prática da inclusão, propondo a interação e convivência com todos alunos independentemente de suas especificidades.

Diante do estudo pode-se concluir que a inclusão escolar não é mais um sonho da sociedade brasileira pode acontecer e deve acontecer. Um dos grandes papéis da educação na atualidade é de concretizar a inclusão na sua essência enquanto instrumento de transformação da sociedade; isto é a educação em parceria com a família pode promover ações mobilizadoras que tenham como fundamental objetivo o da inclusão escolar.

7- REFERÊNCIAS

BAUTISTA, R. (1997). **Necessidades Educativas**. Lisboa: Dinalivro.

BILACHI, Simoni Portioli. **Caderno UniABC Fisioterapia**, São Paulo, 2000.

BLASKOV, Assis, S.M; Monteiro, M.I.B. **Atividades Físicas para crianças com Síndrome de Down**. Ciência Hoje, v.10,n.56, p.101, 1989.

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. Brasília, 1997.

_____. **Referencias para uma proposta inclusiva**. Brasilia: 2003.

BRASIL, **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

CARTOLANO, Maria Tereza Penteadó. **Formação do Educador no curso de Pedagogia: A Educação Especial**. Ln: Cadernos Cedes, Campinas, setembro 1998.

COLNAGO, N. A. S. (1991). **Pares "mães bebês síndrome de Down": Estudo da Estimulação e dos aspectos qualitativos da interação**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CRUZ, Aparecida Gimenes da. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DESSEN, M. A. & Pereira-Silva, N. L. (2004). **A família e os programas de intervenção: tendências atuais**. In E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Orgs.). *Temas em Educação Especial - Avanços recentes* (pp.85-89). São Carlos: EDUFSCar.

DESSEN, M. A., CERQUEIRA-SILVA, S. Desenvolvendo sistemas de categorias com dados de entrevistas In: *Pesquisando a Família* ed. Curitiba: Juruá, 2009, v.1, p. 43-56.

FERREIRA, João Vicente Hadich; GARCIA, José Roberto; FERREIRA, Adriana de Fátima; BATTINI, Okçana; SANTOS, Adriana Regina de Jesus dos; ZANLUCHI, Fernando Barroso. **Fundamentos sócio-cultural-político-econômico do processo educativo**. Londrina: Editora Unopar, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa** 11 ed. Rio de Janeiro; Paz e terra, 1999.

MACIEL, Diva Albuquerque, RAPOSO, Mírian Barbosa Tavares. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão.** IN: Desenvolvimento humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: UNB, 2010. cap. 3, p. 73-101.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Integração X Inclusão: Escola (de qualidade) para todos.** Laboratório de estudos e pesquisas em ensino e diversidade. LEPED/UNICAMP, 2003.

_____. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2004.

MONDINI, Rosana. **Caderno UniABC Fisioterapia,** São Paulo, 2000.

MONTEIRO, MIB e cols. **Síndrome de Down: Orientação a pais.** Fundação Síndrome de Down. Campinas, SP, S/D.

MRECH, Leni Magalhães. **Educação inclusiva: Realidade ou utopia?** São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2001.

MUSTACCHI, Z.; ROZONE, G.; **Síndrome de Down: aspectos clínicos e odontológicos.** SP, C/D Editora, 2012.

LOVO, Adriana; RODRIGUES, Zita Ana Lago. **Filosofia e educação: a dimensão evolutiva do conhecimento.** Curitiba: Qualogic, 2000.

PUESCHEL, Siegfried M. **Síndrome de Down: Guia para pais e educadores.** Campinas: Papyrus, 1995.

PUESCHEL, S (org) **Síndrome de Down: guia para pais e educadores.** Campinas, SP, Papyrus, 2013.

PUPO FILHO, R.A. **O momento da notícia.** Informativo up Down n°2, Abril/Maio, Santos, SP, 2012.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie, 1999

SABOYA, Beatriz. **Bases Teóricas da Psicomotricidade.** Rio de Janeiro: Trainel, 1995.

SILVA, Samira FAYez Kfourí da; RAMPAZZO, Sandra Regina dos Reis; PIASSA, Zuleika Aparecida Claro. **A ação docente e a diversidade humana**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

SKLIAR, Carlos. **A invenção e a exclusão da alteridade deficiente a partir dos significados da normalidade a partir dos significados da normalidade**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre. V.24, n.2, p. 15-32, jul./dez. 1999.

TOLEDO, Elizabete Humai; MARTINS, João Batista. **A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky**. In: IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE/III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia-ESBP-ABPp. 2009. p. 4127-4138.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. 5ª ed. Editora Vozes, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semenovih; LURIA, Alexander Romanovich. **Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WERNEWCK, Cláudia. **Muito Prazer eu Existo**, Rio de Janeiro: WVA 1995.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Disponível em: <http://www.sinesp.org.br/index.php?option=com...eca..>
Acesso em 04/12/2015

Disponível em: <http://www.sindromededownexistir.blogspot.com/.../processo-de-insercao-de-sindro...> Acesso em 05/12/2015

APÊNDICES

A – Questionário para a mãe do aluno com Síndrome de Down

Prezada Senhora,

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é: **A inclusão do aluno com Síndrome de down no contexto escolar: na perspectiva dos seus familiares** gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Elizeth Ferreira de Sá Soares

IDENTIFICAÇÃO

1 - Sexo

masculino feminino

2 - Idade

Até 24 anos 25 a 35 anos 36 a 45 anos 46 a 55 anos Mais de 55 anos

3 - Estado civil

Solteiro(a) Casado(a) Viúvo(a) Divorciado(a)/Separado(a)

4 – Filhos

Sim Quantos? (____)

5 – Possui casa própria:

Sim Não

FORMAÇÃO ACADÊMICA

5 - Formação:

Ensino médio

Especialista

Superior _____

Outros _____

6 - Há quanto tempo você trabalha nessa função?

() Até 5 anos () Entre 5 e 10 anos () Entre 10 e 20 anos () Mais de 20 anos

RELACIONAMENTO FAMILIAR / MÉDICO

7 – Quais as principais dificuldades entre ter um filho com Síndrome de Down e outro filho sem necessidade especial? Como você lida com elas?

8 - Em que medida você conhece sobre a SD e como tem contribuído sem conhecimento no processo de desenvolvimento e aprendizagem do seu filho?

9- Como é o relacionamento entre os dois irmãos? Como você realiza a intermediação entre conflitos entre os dois? (se houver)

10- Quais os outros profissionais que acompanham seu filho? E como eles tem contribuído?

11- Seu filho mais velho colabora com a aprendizagem do irmão? Em que aspecto?

B – Roteiro de entrevista para a mãe do aluno com Síndrome de Down

Prezada Senhora

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema: **A inclusão do aluno com Síndrome de down no contexto escolar: na perspectiva dos seus familiares** gostaria de contar com sua colaboração participando de uma entrevista semi estruturada.

Por favor, procure responder com sinceridade as questões propostas na entrevista e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Elizeth Ferreira de Sá Soares

PARTE 1 – O processo de inclusão educacional da criança com SÍNDROME DE DOWN

1. O que você pensa sobre o processo de inclusão educacional?
2. Como tem sido vivido o processo de inclusão educacional pelo seu filho/seu irmão?
3. Como você tem avaliado o processo de inclusão educacional do X? Aspectos favoráveis e desfavoráveis, ou ganhos e perdas.

PARTE 2 – Desenvolvimento e aprendizagem da criança com SÍNDROME DE DOWN ao longo do processo de inclusão escolar

1. Como X tem se desenvolvido desde que participa do processo de inclusão educacional?
2. O que pode estar favorecendo ou prejudicando a sua aprendizagem, durante esse processo de inclusão?
3. Como era X antes de participar do processo de inclusão e como ele está agora?

PARTE 3 – O impacto da inter-relação família e escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com SÍNDROME DE DOWN

1. Como vocês se relacionam com a escola? Por meio de quais momentos, de quais atividades?

2. O que você acha/pensa da escola?
3. Você recomendaria esta escola para outras crianças com SD?
4. O que você pensa que a escola pensa sobre você/sua família?
5. O que você acredita que precisa ser feito para melhorar a sua participação na escola de seu filho/irmão?

PARTE 4 – A relação da criança com SÍNDROME DE DOWN e seus pares, na escola

1. Como é X na presença dos colegas de escola?
2. Como tem sido vivida essa experiência de inclusão junto aos seus colegas da escola?
3. Você acredita que X é participativo quando está com os colegas da escola?
4. Você acredita que os colegas interagem com X na escola?
5. Como é a relação de X e seus colegas da escola? Em quais momentos isso acontece?
Realizam quais atividades em conjunto?

C – Questionário para o irmão do aluno com Síndrome de Down

Prezado Senhor

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é: **A inclusão do aluno com Síndrome de down no contexto escolar: na perspectiva dos seus familiares** gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Elizeth Ferreira de Sá Soares

IDENTIFICAÇÃO

1 - Sexo

masculino feminino

2 - Idade

Até 15 anos 16 a 25 anos 26 a 35 anos

3 - Estado civil

Solteiro(a) Casado(a) Viúvo(a) Divorciado(a)/Separado(a)

4 – Filhos

Sim Quantos? (____) Não

FORMAÇÃO ACADÊMICA

5 - Formação:

Ensino Fundamental

Ensino Médio Outros _____

RELACIONAMENTO FAMILIAR / MÉDICO

7 – Quais as principais dificuldades entre ter um irmão com Síndrome de Down? Como você lida com elas?

8 - Em que medida você conhece sobre a SD e como tem contribuído seu conhecimento no processo de desenvolvimento e aprendizagem do irmão?

9- Como é o relacionamento entre você e seu irmão? Você sente ciúmes dele, em quais situações? (se houver)

10- Quais os outros profissionais que acompanham seu irmão? E como eles tem contribuído?

11- Você colabora para o desenvolvimento da aprendizagem do irmão, como?

D – Roteiro de entrevista para o irmão do aluno com Síndrome de Down

Prezado Senhor

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema: **A inclusão do aluno com Síndrome de down no contexto escolar: na perspectiva dos seus familiares** gostaria de contar com sua colaboração participando de uma entrevista semi estruturada.

Por favor, procure responder com sinceridade as questões propostas na entrevista e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Elizeth Ferreira de Sá Soares

PARTE 1 – O processo de inclusão educacional da criança com SÍNDROME DE DOWN

4. O que você pensa sobre o processo de inclusão educacional?
5. Como tem sido vivido o processo de inclusão educacional pelo seu filho/seu irmão?
6. Como você tem avaliado o processo de inclusão educacional do X? Aspectos favoráveis e desfavoráveis, ou ganhos e perdas.

PARTE 2 – Desenvolvimento e aprendizagem da criança com SÍNDROME DE DOWN ao longo do processo de inclusão escolar

4. Como X tem se desenvolvido desde que participa do processo de inclusão educacional?
5. O que pode estar favorecendo ou prejudicando a sua aprendizagem, durante esse processo de inclusão?
6. Como era X antes de participar do processo de inclusão e como ele está agora?

PARTE 3 – O impacto da inter-relação família e escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com SÍNDROME DE DOWN

6. Como vocês se relacionam com a escola? Por meio de quais momentos, de quais atividades?
7. O que você acha/pensa da escola?
8. Você recomendaria esta escola para outras crianças com SD?
9. O que você pensa que a escola pensa sobre você/sua família?
10. O que você acredita que precisa ser feito para melhorar a sua participação na escola de seu filho/irmão?

PARTE 4 – A relação da criança com SÍNDROME DE DOWN e seus pares, na escola

6. Como é X na presença dos colegas de escola?
7. Como tem sido vivida essa experiência de inclusão junto aos seus colegas da escola?
8. Você acredita que X é participativo quando está com os colegas da escola?
9. Você acredita que os colegas interagem com X na escola?
10. Como é a relação de X e seus colegas da escola? Em quais momentos isso acontece?
Realizam quais atividades em conjunto?

ANEXOS

A – CARTA DE APRESENTAÇÃO – ESCOLA



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde
PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

__que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^ª Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

B - ACEITE INSTITUCIONAL

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (nome completo do responsável pela instituição), da _____ (nome da instituição) está de acordo com a realização da pesquisa

_____, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (entrevistas, observações e filmagens etc) do atendimento _____ (local na instituição a ser pesquisado) com _____ (participantes da pesquisa). A pesquisa terá a duração de _____ (tempo de duração em dias), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (nome completo do responsável pela instituição), _____ (cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

C-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
 Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de _____.
(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: _____

E-mail(opcional): _____

A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ALUNOS

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu(sua) filho(a) participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de _____.
(*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação de seu(sua) filho(a) no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu(sua) filho(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável: _____

Nome do Aluno: _____

E-mail(opcional): _____